

Economia

AGRONEGÓCIOS

Relatório pede mudança em legislação sanitária

Entidades que representam avicultores gaúchos aprovaram documento

Depois de quatro reuniões realizadas nas últimas semanas, a subcomissão da Assembleia Legislativa que busca mudanças nas instruções normativas 56 e 59 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) aprovou ontem uma proposta a ser levada a Brasília. O documento, construído por entidades e produtores ligados à avicultura, busca principalmente reduzir para 500 metros a distância mínima entre aviários e outros estabelecimentos, definida em três quilômetros desde que a legislação sanitária entrou em vigor, no final de 2007.

A proposta foi definida ontem em reunião na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), após outros encontros em Westfália, Tupandi e Nova Prata. Além da distância mínima entre os aviários e, por exemplo, criatórios de ovos, o documento também pede alteração em pontos como a obrigação de uso de piso nos locais de criação de aves. "Hoje, em um aviário padrão de 1960 m², apenas esse piso significa um investimento de mais de R\$ 120 mil, inviabilizando a avicultura familiar", comenta Marcelo Müller, técnico da Emater, que participa das discussões.

"Estamos tendo um problema, pois a legislação não existia quando surgiram esses criatórios. Essa regra da distância mínima, principalmente, dificulta muito o setor e acaba afastando os jovens do meio rural", acrescenta o presidente da Fetag, Carlos Joel da Silva. O diri-



ANA NASCIMENTO/ABR/JC

Uma das propostas é reduzir a distância mínima entre aviários

gente ainda defende a criação de uma maneira de que os critérios sejam estudados caso a caso, já que há regiões produtoras com características diferentes.

Os resultados técnicos dos debates, que envolveram quase mil criadores, devem ser levados até o fim do mês ao Mapa, segundo o deputado Elton Weber (PSB), que coordena a subcomissão. Até lá, o grupo ainda apresentará a proposta novamente à Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav) e órgãos ligados à sanidade avícola. "Pelas manifestações desses órgãos nos encontros, que nos sinalizaram abertura a ver o que pode ser feito, imaginamos que, se não da forma integral como queremos, conseguiremos, com certeza, avançar nos principais pontos", projeta Weber.

Segundo o técnico da Emater, entre os argumentos utilizados para defender as mudanças está, por exemplo, o fato de que um agricultor, mesmo que vizi-

nho de um aviário, possa criar até mil galinhas caipiras livres, sem registro ou vacinação. "Algumas coisas que a legislação prevê são fantasiosas, pois foram criadas unilateralmente, sem manifestação de quem está na lida diária com os avicultores familiares", critica Müller.

O técnico ainda comemora a possibilidade de ingresso na proposta das entidades catarinenses do setor, que ainda não mantém um movimento organizado sobre o tema e teriam demonstrado apoio à iniciativa. "Por enquanto, seguimos produzindo, porém à mercê de que, a qualquer momento, tenhamos de suspender a criação de frangos", ainda agrega Müller. A hipótese é verdadeira, porque, como boa parte dos aviários não cumpre a legislação atual, os órgãos de fiscalização podem suspender as guias de transporte animal dos criadores, o que, para o técnico, representaria o "caos" na avicultura.

Ovinocultores inscrevem 909 para a Expointer

A inscrição de exemplares de raças ovinas para participar da Expointer cresceu 14,8% neste ano em relação ao ano passado, segundo informação da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco). São 909 ovinos inscritos para a 38ª edição da feira que acontecerá de 29 de agosto a 6 de setembro no Parque de Exposições Assis Brasil em Esteio. Além do Rio Grande do Sul, marcam presen-

ça também criatórios do Paraná e de São Paulo.

Do total de inscritos, 423 são machos e 486 fêmeas, sendo Merino Australiano (24), Ideal (42), Corriedale (83), Romney Marsh (17), Hampshire Down (59), Texel (311), Ile de France (95), Suffolk (101), Santa Inês (11), Poll Dorset (40), Dorper (26), Crioula (18) e White Dorper (82). Este número expressivo deverá trazer superação

também na comercialização de ovinos, que em 2014 girou em torno dos R\$ 685,3 mil referente a venda de 165 animais.

Segundo o coordenador do departamento de exposições da Arco, Paulo Sérgio Soares, a quantidade de inscritos reflete o bom momento da ovinocultura no Brasil. "Estamos vivendo um período de valorização dos ovinos, isso dá confiança e ânimo aos produtores", diz Soares.

Dipoa anuncia revisão de regras de inspeção visando à descentralização

O presidente do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa), Rogério Kerber, e representantes de entidades ligadas à indústria de produtos de origem animal estiveram reunidos ontem com o secretário da Agricultura, Ernani Polo, e o novo chefe da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), Marcelo Fortes. O objetivo do encontro foi estabelecer canais de comunicação entre o setor de produção e o serviço oficial.

Para o secretário Polo, "a Dipoa precisa fiscalizar o cumprimento das normas vigentes, mas também trabalhar em sinergia com empresários e técnicos das agroindústrias". Ele anunciou que a secretaria está promovendo encontros para o alinhamento de coordenadores e supervisores, para levar uma visão padronizada para os servidores que estão

na ponta, atendendo diretamente produtores e empresas.

O novo chefe da Dipoa afirmou que está formando um grupo de trabalho para revisar a legislação existente com o objetivo de descentralizar processos, agilizando as atividades e dando respostas mais rápidas para o setor privado. "Nós temos que nos adequar à dinâmica dos negócios, respeitando as questões técnicas, mas seguindo a velocidade que a iniciativa privada necessita. Não faz sentido uma documentação que pode ser despachada pelo servidor local vir para o nível central da secretaria, num processo que pode levar semanas."

Rogério Kerber pediu a Polo e Fortes que o setor produtivo possa participar desta revisão das normas, a exemplo do que o Ministério da Agricultura faz com as consultas públicas.

País quer alterar manejo de suínos para ganhar o mercado mundial

A gestação coletiva de matrizes suínas é realidade entre os três maiores produtores mundiais de suínos - China, União Europeia e Estados Unidos, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Quarto maior criador mundial de suínos, o Brasil está se adaptando à nova realidade para que seus produtores se mantenham competitivos e a sua suinocultura tenha boa imagem no exterior. Para tanto, a cadeia produtiva do setor também está investindo em técnicas de bem-estar animal.

Os produtores e empresas que atendem aos requisitos das diretrizes de bem-estar animal, destaca a representante da Comissão de Bem-estar Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Liziê Buss, estão em posição privi-

legiada nas negociações com os compradores. Isso porque o atendimento das exigências das diretrizes de bem-estar animal se torna uma característica intrínsecas do produto, expressando um valor econômico potencial e uma qualidade ética superior.

Enquanto na gestação em gaiolas as fêmeas passam a vida inteira confinadas, na prenhez coletiva há uma nova proposta: o animal pode viver em um ambiente no qual interage com os demais suínos e evita escaras - feridas causadas pela falta de movimentação, estresse, problemas fisiológicos e sanitários.

Por muito tempo, os produtores acreditavam que criar os animais presos em gaiolas evitaria brigas entre eles e aumentaria a produtividade das matrizes, prevenindo abortos.



MARCOS NAGELSTEIN/JC

Substituir a gestação em gaiolas atende às regras de bem-estar animal